

Variação na gênese da toponímia da Cidade de Belo Horizonte

César Nardelli Cambraia*

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra**

Resumo: No presente estudo, discute-se a variação na gênese da toponímia da Cidade de Belo Horizonte, com especial referência à expressão *planta original*, a partir de uma comparação dos topônimos de quatro registros cartográficos. A análise se baseou em conceitos dos estudos de toponímia, segundo os modelos taxonômicos de Dick (1990) e Seabra (2016), e da crítica textual. Confirmou-se a hipótese de que há variação entre os topônimos presentes nesses registros e a necessidade de referência mais precisa aos referidos registros, considerando os impactos que essa ausência de precisão gera tanto na identificação de referentes quanto na interpretação das motivações.

Palavras-chave: Crítica textual. Cartografia. Toponímia. Variação linguística.

Abstract: In the present study, the variation in the genesis of the toponymy of the City of Belo Horizonte is discussed, with special reference to the expression *original plan*, based on the comparison of the toponyms of four cartographic records. The analysis was based on concepts of the studies on toponymy, according to taxonomic models of Dick (1990) and Seabra (2016), and textual criticism. The hypothesis that there is variation between the toponyms present in these records was confirmed, and also the need for a more precise reference to these records, considering the impacts that this lack of precision generates both in the identification of referents and in the interpretation of motivations.

Keywords: Textual criticism. Cartography. Toponymy. Linguistic variation.

Resumen: En el presente estudio, se discute la variación en la génesis de la toponimia de la Ciudad de Belo Horizonte, con especial referencia a la expresión *plan original*, a partir de una comparación de los topónimos de cuatro registros cartográficos. El análisis se basó en conceptos de estudios de toponimia, según los modelos taxonómicos de Dick (1990) e Seabra (2016), y crítica textual. Se confirmó la hipótesis de que existe variación entre los topónimos presentes en estos registros y la necesidad de una referencia más precisa a estos registros, considerando los

* Professor Titular de Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2). <https://orcid.org/0000-0002-2403-3021> / E-mail: nardelli@ufmg.br

** Professora de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É líder do Grupo Mineiro de Estudos do Léxico (GruMEL/UFMG/CNPq). <http://orcid.org/0000-0003-4827-0635> / E-mail: mseabra@letras.ufmg.br



impactos que genera esta falta de precisión tanto en la identificación de referentes como en la interpretación de motivaciones.

Palabras clave: Crítica textual. Cartografía. Toponímia. Variación lingüística.

1 Introdução

Não é raro encontrar em trabalhos sobre a história da toponímia da atual Cidade de Belo Horizonte (MG), chamada provisoriamente de *Cidade de Minas* ao longo do processo de sua construção no final do séc. XIX, a presença da expressão *planta original*, como em Nunes (1992), Gomes (1992; 2008), dentre outros. Trata-se de uma expressão problemática, porque não reflete a complexidade do contexto em que a toponímia de Belo Horizonte se formou.

No presente estudo, discute-se a variação na gênese da toponímia da Cidade de Belo Horizonte, com especial referência ao tema da expressão *planta original*, considerando-se a documentação produzida na época, a fim de evidenciar como a complexidade que envolveu o planejamento dessa toponímia tem repercussão sobre sua referência e sua interpretação. O objetivo geral deste estudo é investigar se houve variação na gênese da toponímia da Cidade de Belo Horizonte, tendo em conta que seu registro foi feito originalmente em diferentes plantas manuscritas. Os objetivos específicos são: (a) descrever o conjunto da toponímia presente em cada um de quatro registros cartográficos; (b) classificar cada um desses quatro conjuntos toponímicos; e (c) verificar se há variação entre esses conjuntos toponímicos.

Logo, este trabalho está organizado da seguinte maneira: na seção 2, apresenta-se um histórico da formação da toponímia da Cidade de Belo Horizonte; na seção 3, são apresentados os instrumentais conceitos da toponímia (em especial, a taxonomia) e da crítica textual (em especial, a distinção entre texto e testemunho e também entre originais e apógrafos); na seção 4, indica-se a hipótese de trabalho que norteou o estudo; na seção 5, apresenta-se a metodologia adotada para testar a hipótese de trabalho (com especial atenção à identificação dos quatro registros cartográficos que compuseram o *corpus* do estudo); na seção 6, realizam-se a descrição e a discussão dos dados, com foco

na apresentação dos topônimos dos 108 logradouros identificados, de sua classificação e de suas motivações; na seção 7, demonstra-se o impacto da variação dos topônimos em relação ao uso da expressão *planta original*, tanto em termos de identificação de referentes quanto de interpretação das motivações.

Embora a toponímia da Cidade de Belo Horizonte já tenha sido objeto de estudo em diferentes perspectivas, poucos fizeram referência ao tema da variação. No primeiro dicionário da toponímia dessa cidade, Gomes (1992) registrou alguns poucos casos de variação na toponímia da zona urbana, pois, para certos logradouros, apresentou não apenas o nome oficial como também o nome popular. Já Filgueiras (2011) contemplou especificamente a presença italiana na toponímia de Belo Horizonte, e constatou a existência de 183 antropotopônimos (topônimos relativos a nomes de pessoa) dessa natureza.

Quando entrevistados os moradores das ruas com esses topônimos, verificou-se que apenas 13,48% do total acertaram quem efetivamente era a pessoa que dava nome à rua. No que se refere à variação, 57,92% dos informantes disseram que conheciam o logradouro por outro nome, sendo que muitos deles afirmaram que o outro nome era bem mais conhecido do que o oficial. Identificou-se também a existência de variação em relação à grafia do nome das ruas, especialmente motivada por se tratar de nomes estrangeiros, mas também por muitas vezes a placa da rua ter sido mandada confeccionar pelos próprios moradores. Também pelo fato de serem estrangeiros os nomes, não foi raro encontrar adaptações para o português (como de *Giuseppe* para *José*).

Essa toponímia referente a italianos foi escolhida, em muitas ocasiões, de forma espontânea pelos moradores, através de abaixo-assinados, diferentemente da toponímia da zona urbana da cidade, toda escolhida pela comissão construtora (aspecto que será detalhado na próxima seção).

Outro estudo que também contemplou a toponímia da Cidade de Belo Horizonte foi o de Sayão (2017), no qual se ocupou dos topônimos de origem árabe: a pesquisadora identificou 68 topônimos dessa natureza, sendo 42 antropotopônimos (62%), 17 corotopônimos [relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes] (25%), 7 axiotopônimos [relativos aos títulos e dignidades] (10%), e 2 sociotopônimos

(3%) [relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade].

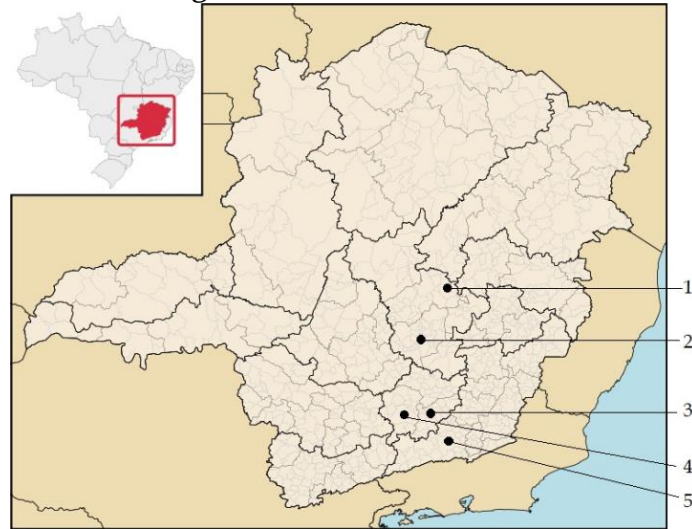
Tal como no caso dos nomes de origem italiana, também nos de origem árabe encontrou-se variação gráfica. Além disso, verificou-se novamente o fato de uma rua ser conhecida por outro nome, geralmente o nome antigo. A taxa de conhecimento exato das pessoas homenageadas pelos moradores também não foi muito alta. Esses dois últimos estudos são especialmente importantes de serem referenciados, porque foram realizados através de um rigoroso método empírico de coleta de dados. Entretanto, contemplaram especialmente a toponímia que foi incorporada à cidade após seu planejamento e fundação. Cabe, portanto, suprir uma lacuna nesse domínio, que é a questão da variação toponímia *já nas plantas produzidas durante o planejamento da cidade*.

2 A formação da toponímia da Cidade de Belo Horizonte

Logo após a Proclamação da República no Brasil em 1889, iniciou-se uma discussão sobre a mudança da capital do Estado de Minas Gerais (então, a Cidade de Ouro Preto). Com a Lei Adicional à Constituição nº 1, de 28 de outubro de 1891, determinou-se o estudo de cinco localidades para a futura capital (cf. numeração na figura 1 abaixo): Paraúna (1), Belo Horizonte (2), Barbacena (3), Várzea do Marçal (4) e Juiz de Fora (5)¹.

¹ Paraúna, mais especificamente São Francisco de Assis de Paraúna, recebeu o nome de *Costa Sena* em 1938, em homenagem a Joaquim Cândido da Costa Sena (1852–1919), membro da comissão de estudos para a nova capital, sendo atualmente distrito do município de Conceição do Mato Dentro. Várzea do Marçal constitui hoje região suburbana do município de São João del-Rei.

Figura 1: Localização das candidatas à capital do Estado de Minas Gerais segundo a divisão em regiões imediatas e intermediárias do IBGE (2017)



Fonte: Adaptado da Wikipédia².

O engenheiro paraense Aarão Reis (1853-1936) assumiu a tarefa de condução do estudo. A Lei Adicional à Constituição nº 3, de 17 de dezembro de 1893, designou o então Arraial de Belo Horizonte como localidade para a construção da nova capital. Pelo Decreto nº 680, de 14 de fevereiro de 1894, criou-se a Comissão Construtora da Nova Capital, chefiada por Reis. Em 23 de março de 1895, através do ofício nº 26, Reis encaminhou a Francisco Sá, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, um conjunto documental cartográfico relativo à nova capital, então chamada de *Cidade de Minas*, para aprovação. Através do Decreto nº 817, de 15 de abril de 1895, aprovou-se “a planta geral e definitiva da cidade de – Minas – futura Capital do Estado de Minas Geraes” (MINAS GERAIS, 1895). A inauguração da nova capital foi oficializada pelo Decreto nº 1805, de 12 de dezembro de 1897, dia em que houve grandes festividades na cidade. A nova capital passou a ser denominada oficialmente *Belo Horizonte* (aqui em grafia moderna) através da Lei nº 302, de 1º de julho de 1901.

² Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Regi%C3%B5es_Imediatas_e_Intermedi%C3%A1rias_de_Minhas_Gerais.svg. Acesso em: 8 jun. 2022.

No já mencionado ofício de 23 de março de 1895, Reis encaminhou um conjunto de documentos cartográficos ao Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Consta no ofício:

Vae a planta deenhada em *duas vias*, na escala de 1:4.000, na forma do art. 5.º do Regulamento de 11 de Junho do anno findo (Decreto n. 803), das quaes uma é destinada ao archivo da Secretaria d'Estado a cargo de V. Ex.^a, e a outra para ser, depois da competente approvação de V. Ex.^a, devolvida ao archivo technico desta Commissão, como determina o citado Regulamento.

Acompanham estes dous exemplares da *planta geral*, uma *planta geodezica, topographica e cadastral* da área destinada a edificação da nova capital, e mais um exemplar da *planta geral desta deenhada sobre a topographia local*; plantas estas que peço a V.Ex.^a se digne devolver-me, porque são necessárias aos trabalhos em andamento.

Vae, também, com as mencionadas plantas, a reducção á escala de 1:10.000 da *planta geral da cidade*, afim de ser reproduzida lithographicamente, conforme determina o citado artigo, depois de approvada pelo Governo. (REIS, 1895, p. 59).

Como se vê, esse ofício foi acompanhado de quatro documentos cartográficos:

(a) “planta deenhada [sic] em duas vias, na escala de 1:4.000” (REIS, 1895, p. 59), também chamada no texto de “planta geral”;

(b) “planta geodezica, topográfica [sic] e cadastral da área destinada a edificação da nova capital” (REIS, 1895, p. 59);

(c) “planta geral desta [isto é, da nova capital] deenhada sobre a topographia local [sic]” (REIS, 1895, p. 59); e

(d) “reducção [sic] á escala de 1:10.000 da planta geral da cidade” (REIS, 1895, p. 59).

Como se trata de quatro documentos diferentes (quatro plantas), mas com duas vias do primeiro, há, então, cinco registros cartográficos. Analisando os dados disponíveis no Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital³ (CCNC), bem como as informações apresentadas por Santa Rosa *et al.* (1997), é possível estabelecer a seguinte correspondência desses registros manuscritos com os registros ainda hoje preservados:

(a) A “planta deenhada em duas vias, na escala de 1:4.000” (REIS, 1895, p. 59), corresponde aos registros mantidos no Arquivo Público Mineiro (APM) com a notação

³ Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br>. Acesso em: 8 jun. 2022.

SA 203 (cf. Figura 2 abaixo) e no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), com a notação *AI.01.06.00-391* (cf. Figura 3 abaixo). Os dois registros, com projeto para a nova capital, apresentam a mesma identificação: “Estado de Minas Geraes | Comissão Constructora da Nova Capital⁴ | Planta Geral | da | Cidade de Minas | Escala 1:4000 | [Brasão da cidade] | Março | 1895 | Bello Horisonte”⁵. O registro cartográfico de notação SA 203, do APM, consiste em manuscrito em aquarela e nanquim com a dimensão de 131×223 cm, pertencente ao fundo Secretaria da Agricultura; e o registro cartográfico de notação *AI.01.06.00-391*, do APCBH, consiste em manuscrito em aquarela e nanquim com a dimensão de 130×245 cm, pertencente ao fundo Secretaria Municipal de Administração⁶.

Figura 2: Planta Geral da Cidade de Minas (SA 203, APM)



Fonte: Santa Rosa *et al.* (1997, p. 33).

⁴ No registro *AI.01.06.00-391* falta o *l* final desta palavra.

⁵ Transcrições com regularização de maiúsculas e minúsculas ao longo deste texto.

⁶ As dimensões dos documentos citados foram extraídas dos registros do *Acervo da Comissão Constructora da Nova Capital de Minas*. Disponível em: <http://www.comissaoconstructora.pbh.gov.br>. Acesso em: 8 jun. 2022.

Figura 3: Planta Geral da Cidade de Minas (AI.01.06.00-391, APCBH)⁷



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

(b) A “planta geodezica, topographica e cadastral da área destinada a edificação da nova capital” (REIS, 1895, p. 59), corresponde ao registro mantido no APCBH com a notação *AI.01.06.00-390* (cf. Figura 4 abaixo). Esse registro tem como identificação “Estado de Minas Geraes | Comissão Constructora da Nova Capital | Planta Topographica e Cadastral | da Área Destinada á | Cidade de Minas | Março | 1895 | Bello Horizonte” e consiste em manuscrito em aquarela e nanquim com a dimensão de 170x236 cm, pertencente ao fundo Secretaria Municipal de Administração, com escala 1:4000. Esta planta representa o então existente Arraial de Belo Horizonte, não sendo propriamente planta com projeto para a nova capital.

⁷ As figuras 3 e 4 contêm imagens digitais fornecidas diretamente pelo APCBH.

Figura 4: Planta Topographica e Cadastral da Área Destinada á Cidade de Minas
(AI.01.06.00-390, APCBH)



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

(c) A “planta geral desta [isto é, da nova capital] deenhada sobre a topographia local” (REIS, 1895, p. 59, grifo nosso), corresponde ao registro mantido no Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) com a notação *CC Dt 06 009* (cf. Figura 5 abaixo). Esse registro, projeto para a nova capital, tem como identificação “Estado de Minas Geraes | Comissão Constructora da Nova Capital | Planta Topographica | da | Cidade de Minas | Escala 1:4000 | [Brasão da cidade] | Março | 1895 | Bello Horisonte” e consiste em manuscrito em aquarela e nanquim com a dimensão de 126×192 cm, pertencente ao fundo Comissão Constructora da Nova Capital.

Figura 5: Planta Geral da Cidade de Minas (CC Dt 06 009, MHAB)



Fonte: Santa Rosa *et al.* (1997, p. 30).

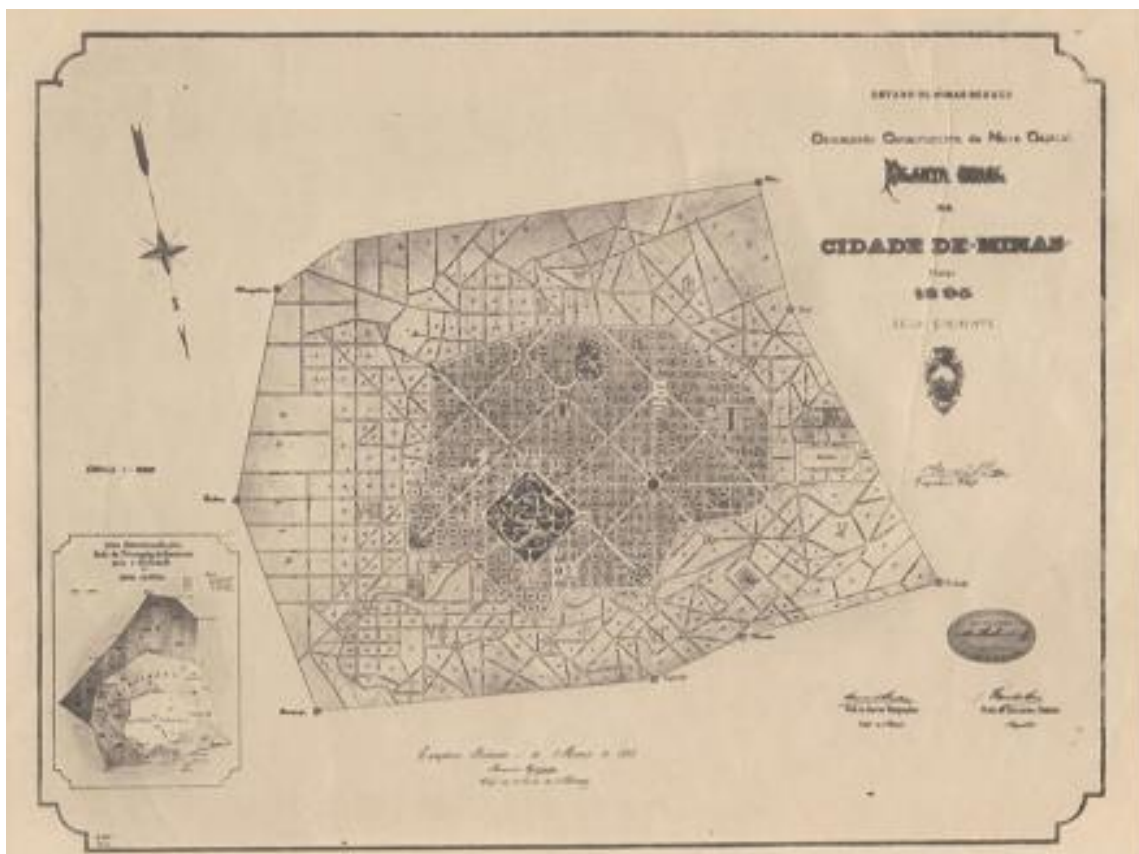
(d) A “reducção á escala de 1:10.000 da planta geral da cidade” (REIS, 1895, p. 59), registro certamente também manuscrito, corresponde a documento ainda não localizado dentre a documentação remanescente. Entretanto, é possível conhecer indireta e limitadamente esse registro através de sua reprodução constante no *Album de Vistas Locaes e das Obras Projectadas para a Edificação da Nova Cidade* (COMMISSÃO, 1896), publicado por Ehrhard Brand em Juiz de Fora em fevereiro de 1896⁸ (cf. Figura 6 abaixo). Esse registro, projeto para a nova capital, tem como identificação “Estado de Minas Geraes | Commissão Constructora da Nova Capital | Planta Geral | da | Cidade de Minas | Março | 1895 | Bello Horisonte | [*Brasão da cidade*]”⁹. Consta na lateral esquerda

⁸ Silveira (2018), com base no contrato assinado entre a CCNC e Brand, datado de 25 de abril de 1895 (AI.01.01.04-032, APCBH), que previa entrega da obra em 80 dias, considerou que a publicação se deu no início do 2º semestre de 1895, mas consta na margem inferior da capa, à direita “2. II. 96”, ou seja, 02 de fevereiro de 1896.

⁹ O registro fotográfico de notação CCALB01 049, do MHAB, contém reprodução do que parece ter sido uma primeira versão (datada de março de 1895) para “reducção á escala de 1:10.000 da planta geral da cidade”, pois, apesar de muito semelhante graficamente à forma desta registrada no *Album* de 1896, há

“Escala 1:10000” e uma caixa intitulada “Area determinada pela rede de triangulação geodesica para a edificação da nova capital” com esquematização das áreas urbana, suburbana e sítios.

Figura 6: Planta Geral da Cidade de Minas no *Album* de 1896 (SA-2-002(04), APM)



Fonte: Arquivo Público Mineiro¹⁰.

Esses cinco registros manuscritos apresentam assinaturas autógrafas de Aarão Reis, identificado como *Engenheiro-Chefe*, de Samuel Pereira, identificado como *Chefe do Serviço Topographico* e *Chefe da 4ª Divisão*, de Hermillo Alves, identificado como *Chefe do Escriptorio Technico* e *1º Engenheiro*, e de Bernardo Figueiredo, identificado como *Chefe da 2ª Seção da 3ª Divisão*. Os cinco referidos registros estão datados como “Escriptorio Technico, 1º de Março de 1895”. Convém assinalar aqui que esses registros com planta para a nova capital apresentam carimbo em que consta “Secretaria da

diferenças suficientes (como na forma gráfica do título) para demonstrar que são documentos distintos. Nessa primeira versão, há apenas os nomes de avenidas e praças.

¹⁰ Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=32142. Acesso em: 8 jun. 2022.

Agricultura, Commercio e das Obras Publicas | do Estado de Minas Geraes | Aprovado | em 15 de abril de 1895” (inclusive a manuscrita na escala 1:10000 reproduzida na *Album* de 1896), o que significa que todos eles podem ser considerados como registros cartográficos *oficiais*.

No já referido Decreto nº 817, de 15 de abril de 1895, informa-se ter-se aprovado “a planta geral e definitiva da cidade de – Minas – futura Capital do Estado de Minas Geraes” (MINAS GERAIS, 1895). Considerando-se que Reis encaminhou quatro registros com projeto para a nova capital (já que um dos cinco citados era planta do arraial então existente), qual desses quatro, afinal, é a “planta geral e definitiva”? Uma resposta natural para essa questão é a de que todos os quatro registros tinham o mesmo conteúdo, logo todos representavam uma única e mesma proposta e é essa proposta que foi aprovada. Mas o exame da documentação remanescente permite perceber que essa interpretação não se sustenta, já que os referidos registros não apresentam exatamente o mesmo conteúdo. Esse é o tema central que será discutido neste trabalho. Antes, no entanto, convém situar a presente discussão no âmbito da toponímia e da crítica textual.

3 Fundamentação teórica: entre a toponímia e a crítica textual

3.1 Instrumental conceitual de toponímia

A *toponímia* ou, mais modernamente, a *toponomástica* é a área da linguística que investiga o léxico toponímico, por meio do estudo da motivação, variação, mudança e origem dos nomes próprios de lugares. Integrando-se à *onomástica*, é uma área que nos traz valiosas informações que podem ser utilizadas em diversos campos do conhecimento humano, interessando não só à ciência linguística, como também, devido a seu caráter interdisciplinar, a outras ciências, cabendo destacar a história, a geografia, a arqueologia, a genealogia, a história social e a cartografia.

A nomeação toponímica se ampara em manifestações distintas do pensamento humano, sendo motivada por temas diversos. Este estudo se apoia no modelo

taxonômico toponímico de Dick (1990), proposta que contempla a realidade brasileira. Essa pesquisadora propôs vinte e sete *taxes* (11 de natureza física e 16 de natureza antropocultural) Dick (1990):

a) Taxonomias de natureza física:

- *Astrotopônimo*: referência a corpos celestes, com ou sem luz própria (*estrela, lua, sol* etc.);

- *Cardinotopônimo*: referência a posição geográfica (*norte, sul, leste, oeste* etc.);

- *Cromotopônimo*: referência a cor (*branco, negro* etc.);

- *Dimensiotopônimo*: referência a extensão, comprimento, largura, dimensão, profundidade (*grande, alto* etc.);

- *Fitotopônimo*: referência a vegetação (*jacarandá, folha seca* etc.);

- *Geomorfotopônimo*: referência a relevo (*morro, grota* etc.);

- *Hidrotopônimo*: referência a água (*água, rio, ribeirão* etc.);

- *Litotopônimo*: referência de índole mineral (*areia, barro, lama, terra, ferro, aço, cobre, ouro, prata, pedrarias* etc.)

- *Meteorotopônimo*: referência a fenômenos produzidos na atmosfera terrestre (*ventania, trovoadas, chuvisco* etc.);

- *Morfotopônimo*: referência a formas geométricas (*quadrado, redondo, círculo* etc.); e

- *Zootopônimo*: referência a animais (*onça, arara* etc.).

b) Taxonomias de natureza antropocultural:

- *Animotopônimo* ou *nootopônimo*: referência a áreas do psiquismo humano (*afeto, bondade, glória, liberdade* etc.);

- *Antropotopônimo*: referência a prenomes, apelidos de família, hipocorísticos, alcunhas ou pelo conjunto onomástico completo;

- *Axiotopônimo*: referência a título (*doutor, desembargador, mestre, brigadeiro, capitão, barão, príncipe* etc.);

- *Corotopônimo*: referência a nomes de cidade, estados, países, etc.;

- *Cronotopônimo*: referência a indicadores cronológicos (*novo, nova, velho, velha* etc.);

- *Dirrematopônimo*: referência a expressões cristalizadas, ou seja, sintagmas semantizados (*passa quatro, graças a Deus* etc.);
- *Ecotopônimo*: referência a nomes relativos à habitação em geral (*casa, sobrado* etc.);
- *Ergotopônimo*: referência a elementos da cultura material do homem (*gancho, lança, baú, chapéu* etc.);
- *Etnotopônimo*: referência a grupos étnicos (*Guanhães* etc.);
- *Hierotopônimo*: referência de origem religiosa, isto é, os nomes sagrados de diferentes crenças, locais de culto, membros religiosos, associações religiosas e datas relativas a esses fatos (*Dom Silvério, Capela* etc.) — essa taxa apresenta duas categorias especiais: *hagiotopônimo* (referência aos nomes de santos e santas da religião católica romana, como *Santa Clara, Santo Antônio* etc) e *mitotopônimo* (referência a entidades mitológicas, como *Saci, Boitatá, Curupira* etc.);
- *Historiotopônimo*: referência à história do país, a seus personagens ou datas (*bandeirantes, Independência, 7 de setembro* etc);
- *Hodotopônimo*: referência a caminhos, vias de comunicação rural e urbana (*ponte, caminho* etc.);
- *Numerotopônimo*: referência a adjetivos numerais (*sete, três* etc.);
- *Poliotopônimo*: referência a aglomerados populacionais (*vila, cidade, aldeia, povoado* etc.);
- *Sociotopônimo*: referência a atividades profissionais, a locais de trabalho e a pontos de reunião de um grupo (*praça, largo* etc.)¹¹;
- *Somatopônimo*: referência de caráter metafórico e com seus nomes interpretados como designativos em relação analógica às partes do corpo humano ou do animal (*pé, dedo, mão* etc.);

Como todas as manifestações do pensamento humano, as motivações toponímicas são universais, mas isso não impede que o nome de lugar seja afetado por variações e mudanças. Dauzat chama atenção para esse fato:

¹¹ Dick (1990) inclui entre eles, também, as ocorrências relativas a catas, lavras, garimpo, lavagem, engenho, monjolo.

Acreditava-se, antigamente, que os nomes de lugares eram menos sujeitos aos acidentes do que os nomes comuns, por que pareciam menos expostos às influências ocasionadas pelo contato com outros elementos do vocabulário e, também, por que, em princípio, eles não se deslocavam. Mas o estudo atento dessas palavras prova o contrário, ou seja, elas são mais acessíveis às alterações que os nomes comuns: não estão elas isoladas na língua, incompreendidas, privadas do sustento que oferece a seus membros toda família de palavras? Além disso, encontram-se menos profundamente ancoradas na consciência popular, experimentando alterações de ordem gráfica.¹² (DAUZAT, 1926, p. 58, tradução nossa).

Os nomes de lugares, como parte integrante da língua usada por uma comunidade, estão sujeitos, como todos seus outros elementos, a variações com uso de diversas formas de um mesmo vocábulo. Essas variações costumam ser de ordem analógica, fonética, morfossintática e lexical.

3.2 Instrumental conceitual de crítica textual

A *crítica textual* é um campo do conhecimento que se baseia no pressuposto de que “um texto sofre modificações ao longo do processo de sua transmissão” (CAMBRAIA, 2005, p. 1). Como essas modificações afastam a forma dos textos de sua configuração genuína, cabe ao crítico textual realizar um trabalho que tem como objetivo primordial “a restituição da forma genuína dos textos” (CAMBRAIA, 2005, p. 1). Modernamente se considera que o processo de transmissão dos textos constitui uma atividade linguística e, justamente por isso, a crítica textual tem uma vocação intrinsecamente transdisciplinar em relação a diferentes domínios da linguística (CAMBRAIA, 2012). No presente estudo, essa transdisciplinaridade se manifesta na integração entre conceitos da área de toponomástica e de crítica textual.

¹² No original: “On croyait jadis que les noms de lieux étaient moins sujets aux accidents que les noms communs, parce qu’ils paraissaient soustraits aux réactions réciproques provoquées par la solidarité des éléments de vocabulaire, et, pourrait-on ajouter, parce qu’en principe ils ne voyagent pas. L’étude attentive de ces mots prouve au contraire qu’ils sont plus accessibles aux altérations que les noms communs: ne sont-ils pas isolés dans la langue, vite incompris, privés du soutien qu’offre à ses membres toute famille de mots? En outre, moins profondément ancrés dans la conscience populaire, ils ont éprouvé davantage, à l’époque moderne, les contre-coups d’erreurs ou d’altérations d’origine graphique.” (DAUZAT, 1926, p. 58).

Para o presente estudo, há alguns conceitos da crítica textual que são pertinentes para um tratamento adequado do estudo da gênese da toponímia da Cidade de Belo Horizonte.

Primeiramente, convém se referir à diferença entre *texto* (obra em linguagem verbal) e *testemunho* (cada registro de um texto). Aplicando-se essa diferenciação no objeto do presente estudo, deve-se então falar em *documento cartográfico* (obra cartográfica) e *registro cartográfico* (cada registro de um documento). Assim, no referido ofício de Aarão Reis, são mencionados *quatro documentos cartográficos* que correspondem a *cinco registros cartográficos*, pois um deles se apresentava em duas vias.

Em segundo lugar, convém se referir à diferença entre *originais* (registros de lavra ou de supervisão do autor intelectual) e *apógrafos* (registros executados por terceiros, sem supervisão do autor intelectual). Assim, os quatro documentos (em cinco registros) já mencionados seriam todos *originais*, já que possuíam assinatura autógrafa não apenas de Aarão Reis, Engenheiro-Chefe, como também de três outros membros da CCNC já citados, dando-lhes sua aprovação. Não está claro se todos os cinco registros foram executados por todos seus signatários (caso em que se trataria de registros originais *autógrafos*), ou se estes apenas supervisionaram a tarefa dando-lhe sua autorização (caso em que se trata de registros originais *idiógrafos*), mas, em ambas as hipóteses, se trata, ainda assim, de registros *originais*, porque registram a vontade formalmente expressa dos autores intelectuais através da presença das assinaturas autógrafas.

4 Hipótese de trabalho

Considerando que os três registros cartográficos subsistentes com planta da nova capital (SA 203, APM; AI.01.06.00-391, APCBH; e CC Dt 06 009, MHAB) dos quatro desse teor encaminhados por Aarão Reis como anexos ao ofício nº 26, de 23 de março de 1895, são registros manuscritos e que todo processo de cópia envolve variantes segundo preconiza a crítica textual, então pode-se hipotetizar que *esses três registros não contém exatamente os mesmos topônimos*, porque o processo de cópia, mesmo feito sob

supervisão dos autores intelectuais, deve ter dado origem a diferenças entre esses registros.

5 Metodologia

O método da presente pesquisa é de base empírica, uma vez que a análise será feita a partir de uma coleta rigorosa de dados em registros cartográficos referentes do planejamento da Cidade de Belo Horizonte.

O *corpus* deste estudo se constitui, primariamente, dos três registros cartográficos subsistentes com planta da nova capital dentre os quatro desse teor encaminhados por Reis como anexos ao ofício de 23 de março de 1895, todos eles datados como de 1º de março de 1895, a saber:

(a) a *Planta Geral da Cidade de Minas*, na escala 1:4000, na redação presente no registro com a notação SA 203, do APM (doravante P₁), reproduzido em Santa Rosa *et al.* (1997);

(b) a *Planta Geral da Cidade de Minas*, na escala 1:4000, na redação presente no registro com a notação AI.01.06.00-391, do APCBH (doravante P₂)¹³; e,

(c) *Planta Topographica da Cidade de Minas*, na escala 1:4000, presente no registro com a notação CC Dt 06 009, do MHAB (doravante P₃), reproduzido em Santa Rosa *et al.* (1997).

Como se disse antes, não se sabe a atual localização do quarto registro com planta da nova capital, na escala 1:10000, do qual há reprodução muito reduzida e, por isso, ilegível no *Album* de 1896. Logo, não é possível conhecer o conteúdo em termos de topônimos desse registro. Existe, no entanto, um registro impresso colorido, igualmente nessa escala, que, com frequência, se apresenta quando se fala em *planta original*: é esse registro impresso que é reproduzido, por exemplo, por Gomes (1992, 2008).

¹³ Os autores agradecem ao APCBH pelo fornecimento de cópia digital do documento AI.01.06.00-391 em setembro de 2021 e pela autorização para consulta ao original em novembro do mesmo ano.

Trata-se de impresso realizado pela Companhia de Artes Gráficas do Brasil (como consta na margem inferior do impresso) no Rio de Janeiro, uma oficina originalmente dirigida por Paul Robin, um francês radicado naquela cidade e falecido em 1897 (FERREIRA, 1994). Esse impresso é identificado como “Estado de Minas Gerais | Planta Geral da Cidade de Minas | Organizada | sobre a Planta Geodesica, Topographica e Cadastral | do | Bello Horizonte | pela | Comissãõ Constructora da Nova Capital | sob a Direcção do Engenheiro Civil | Aaraõ Reis | e Aprovada pelo Decreto N° 817 de 15 de Abril de 1895 | [*Brasão da cidade*]”. Dentre os documentos subsistentes da CCNC, há um documento contábil com a notação *AI.01.02.02.133*, do APCBH, em duas redações, tendo o da direita da imagem como data mais recuada 11/03/1897, sobre o qual há 5 carimbos com datas sucessivas (um com 12/04/1897, um com 20/04/1897 e três com 22/04/1897), além de assinatura autenticada com selo da Secretaria das Finanças datada de 22/05/1897. Consta, no documento, “Impressão de 10000 exemplares da Planta de ‘Bello Horizonte’ para Reis”.

Admitindo-se que o documento cartográfico impresso acima descrito, seja o mesmo do referido documento contábil, então pode-se inferir que esse impresso foi produzido no ano de 1897, talvez entre 11/04/1897 (data mais recuada do documento) e 22/05/1897 (data mais avançada). Parece bastante evidente que o quarto registro cartográfico com planta na nova capital encaminhado por Reis em 23 de março de 1895, do qual só se conhece atualmente a reprodução no *Album* de 1896, tenha sido o modelo para esse impresso datável de 1897: o padrão de desenho de ambos é nitidamente semelhante, embora haja algumas diferenças, como no padrão gráfico do título do registro e o acréscimo da referência à aprovação da planta no registro impresso. O projeto de mandar fazer impressão da “reducção á escala de 1:10.000 da planta geral da cidade” (REIS, 1895, p. 59), já constava do próprio ofício de 23 de março de 1895:

É minha tenção mandar fazer primeiramente uma reprodução ligeira, ainda que grosseira, mesmo no paiz, para facilitar a venda dos primeiros lotes; preparo, porém, outra reducção, mais cuidada e com a topographia local, afim de mandar reproduzil-a, no estrangeiro, circulada por gravuras de vistas actuaes deste arraial, de alguns dos edificios em construcção e projectados, typos da futura arborisação da cidade, seus arruamentos, de maneira a dar uma idéa do que virá a ser a nova cidade. (REIS, 1895, p. 59).

Reconhecendo-se, então, que esse impresso datável de 1897 tenha tido como modelo a planta na escala de 1:10000, citada no ofício em questão, convém adotar também esse impresso (doravante P4), reproduzido do exemplar do MHAB (notação CC Dt 06 008) em Santa Rosa *et al.* (1997) (cf. Figura 7 abaixo), como parte do *corpus* deste estudo, para se ter uma ideia do que seria o conteúdo do registro manuscrito na escala de 1:10000 e, assim, discutir melhor a formação dos topônimos de Belo Horizonte. Deve-se salientar que, diferentemente dos outros três registros manuscritos pertencentes ao *corpus*, que podem ser considerados como *plantas originais*, esse impresso não constitui uma *planta original*, tomando-se como referência o conceito de *original* empregado na crítica textual, pois não há registro de que a impressão tenha sido supervisionada diretamente por Reis: trata-se, portanto, de um registro *apógrafo* (feito por terceiros sem a supervisão do autor intelectual).

Figura 7: Planta Geral da Cidade de Minas Organizada sobre a Planta Geodesica, Topographica e Cadastral do Bello Horisonte (CC Dt 06 008, MHAB)¹⁴



Fonte: Santa Rosa *et al.* (1997, p. 31).

¹⁴ Imagem digital de cópia desse documento (SA 104, APM) com boa resolução está disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/grandes_formatos/APM%20-%20104/92.jpg. Acesso em: 8 jun. 2022.

Em função das limitações de espaço que um tal estudo tem para ser divulgado, restringe-se aqui esta análise aos topônimos dentro da chamada *zona urbana*, que é a delimitada pela Avenida 17 de Dezembro (hoje conhecida como *Avenida do Contorno*). Todos os topônimos em questão foram coletados dos registros do *corpus*, classificados segundo categorias de análise de Dick (1990) adaptadas por Seabra (2016) e comparados, para se identificar a existência de diferenças. Ao final, discutiram-se o resultado e os seus impactos sobre as questões em debate. Não foram considerados, na coleta, logradouros sem nome específico, identificados genericamente como parque, jardim zoológico, hospital, *etc.*

6 Descrição e discussão dos dados

6.1 Variação na toponímia

Com base nos topônimos presentes nas quatro plantas que constituem o *corpus* deste estudo, foi possível constatar que há, conjuntamente, *108 logradouros públicos com designação de nome* dentro da zona urbana. Os logradouros públicos se distribuem em 3 categorias: avenidas, ruas e praças.

A disposição das vias na zona urbana nas plantas segue basicamente cinco orientações¹⁵: (a) circular; (b) eixo sudoeste-nordeste; (c) eixo sudeste-noroeste; (d) eixo oeste-leste; e (e) eixo sul-norte. Na segunda e na terceira orientação, há ruas e avenidas, mas, na quarta e na quinta (diagonais em relação aos outros dois eixos), só avenidas. Abaixo se apresenta uma listagem de todos os topônimos presentes na zona urbana das quatro plantas, com registro de suas diferenças. Nos casos em que uma via constitui

¹⁵ Nos documentos cartográficos analisados, a orientação da imagem é invertida em relação aos polos: o sudoeste corresponde ao topo dos documentos e o noroeste à base topo; o sudeste à esquerda e o noroeste à direita.

prolongamento¹⁶ da precedente, marca-se o fato com o sinal ↪. Os logradouros com variação toponímica foram assinalados com o sinal * junto a seu número (desconsiderando-se os casos de registro separado em função de marcação de conjectura por deterioração do suporte)¹⁷.

Tabela 1: Comparação entre topônimos nas quatro plantas do *corpus*¹⁸

A. Circular	55	Rua Sapucahy (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)
1 Avenida 17 de Dezembro (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)	56	↪ Rua de Sergipe (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)
B. Eixo sudoeste-nordeste	57*	Avenida da Liberdade (P ₁ , P ₂ , P ₃) A. da Liberdade (P ₄)
2 Rua Fernandes Tourinho (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)	58*	↪ Rua da Liberdade (P ₁ , P ₂ , P ₄) (Sem nome) (P ₃)
3* Rua Antonio d'Albuquerque (P ₁ , P ₄) Ru[a] Antonio d'Albuque[r]que (P ₂) Rua Antonio de Albuquerque (P ₃)	59	Rua da Bahia (P ₁ , P ₃ , P ₄) Rua [da] Bahia (P ₂)
4 ↪ Rua Nunes Vieira (P ₁ , P ₃ , P ₄) Rua Nunes [Vieir]a (P ₂)	60	Rua do Espirito Santo (P ₁ , P ₃ , P ₄) Rua do Espir[i]to Santo (P ₂)
5 Rua Thomé de Souza (P ₁ , P ₃ , P ₄) Rua Thomé de [S]ouza (P ₂)	61	Rua do Rio de Janeiro (P ₁ , P ₃ , P ₄) Rua [d]o Rio de Janeiro (P ₂)
6 ↪ Rua Felipe dos Santos (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)	62*	Rua de São Paulo (P ₁ , P ₂ , P ₃) Rua de S. Paulo (P ₄)
7 Rua dos Inconfidentes (P ₁ , P ₃ , P ₄) Rua dos Inconfid[en]tes (P ₂)	63*	Rua de Corityba (P ₁ , P ₂) Rua de Corytiba (P ₃) Rua de Coritiba (P ₄)
8* ↪ Rua Borba Gato (P ₁ , P ₂ , P ₃) R. Borba Gato (P ₄)	64*	Avenida do Parana (P ₁) [A]venida do Parana (P ₂) Avenida do Paraná (P ₃) A. do Paraná (P ₄)
9 ↪ Rua dos Emboabas (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)	65	Rua [G]uara[ny] (P ₁) Rua Guarany (P ₂ , P ₃ , P ₄)
10 Rua Santa Rita Durão (P ₁ , P ₃ , P ₄) Rua Santa Rita [Du]rão (P ₂)	66	↪ Rua de Santa Catharina (P ₁ , P ₃ , P ₄) Rua de Sa[n]ta Catharina (P ₂)
11 ↪ Rua Thomaz Gonzaga (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)	67*	Avenida São Francisco (P ₁) Avenida do São Francisco (P ₂) Avenida do S Francisco (P ₃) Avenida do S. Francisco (P ₄)
12 Rua Claudio Manoel (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)	68	Rua do Rio Grande do Sul (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)
13 ↪ Rua Alvarenga Peixoto (P ₁ , P ₃ , P ₄) Rua Alvarenga Peixo[to] (P ₂)	69*	Rua do Matto Grosso (P ₁ , P ₂ , P ₄) Rua de Matto Grosso (P ₃)

¹⁶ Nem sempre o prolongamento é rigorosamente na projeção da via precedente, pois eventualmente há pequeno desalinhamento. Nesses casos, ainda assim se considerou haver prolongamento.

¹⁷ Marca-se conjectura apenas no caso de letra integralmente ilegível; letra parcialmente legível foi transcrita sem nenhuma marcação especial.

¹⁸ Transcrição com regularização de maiúsculas e minúsculas. Eventualmente ocorre hífen quando o topônimo é cortado por rua perpendicular: não se transcreve o hífen aqui nesses casos. Diacríticos foram mantidos como nos documentos. No caso de deterioração do suporte, indicam-se os elementos conjecturados entre colchetes

14	Rua Gonçalves Dias (P1, P3, P4) Rua Gonça[ive]s Dias (P2)	70*	Avenida de Araguay (P1) Avenida do Araguay (P2) Avenida Araguay (P3) Rua do Araguay (P4)
15	Rua Bernardo Guimaraes (P1, P2, P3, P4)	71	Rua de Ouro Preto (P1, P2, P3, P4)
16*	Rua dos Aymorés (P1, P3, P4) R[ua] dos Aymores (P2)	72	Rua de Paracatu (P1, P3, P4) Rua [de] Paracatu (P2)
17*	(Ilegível) (P1) Rua Jequitinhonha (P2, P3) Rua do Jequitinhonha (P4)	73	Rua de Juiz de Fora (P1, P3, P4) [Ru]a de Juiz de Fora (P2)
18*	↳ Rua dos Tymbiras (P1, P3, P4) Rua do[s] Tymbyras (P2)	74	Rua de Barbacena (P1, P2, P3, P4) ¹⁹
19*	Avenida Carandahy (P1) Avenida do Carandahy (P2, P3) A. do Carandahy (P4)	75	Rua de Uberaba (P1, P3, P4) R[ua] de Uberaba (P2)
20	↳ Rua [dos] Guajajaras (P1, P2) Rua dos Guajajaras (P3, P4)	D. Eixo oeste-leste	
21	Rua Padre Rolim (P1, P2, P3, P4)	76*	Avenida do Itacolomy (P1, P3, P4) Avenida do Itaca[lom]y (P2)
22*	↳ Avenida Paraopeba (P1, P2, P4) Avenida do Paraopeba (P3)	77	Avenida Christovão Colombo (P1, P3, P4) Av[enida] Christovão [Col]ombo (P2)
23*	Rua dos Ottoni (P1, P2, P4) Rua dos Ottonis (P3)	78	Avenida Affonso Penna (P1, P2, P3, P4)
24*	↳ Rua dos Goyatacazes (P1, P4) R[u]a dos Goyatacazes (P2) Rua dos Goytacazes (P3)	79*	(Sem nome) (P1) [Av ^{da}] do Parque (P2) Avenida do Parque (P3) A. Parque (P4)
25	Rua Padre Marinho (P1, P2, P3, P4)	80*	Avenida Araguaya (P1) Avenida do Araguaya (P2, P3, P4)
26	↳ Rua dos Tupys (P1, P3, P4) Ru[a] dos Tupys (P2)	E. Eixo sul-norte	
27	Rua [Alvares] Maciel (P1) Ru[a] Alvares Maciel (P2) Rua Alvares Maciel (P3, P4)	81*	Avenida Parauna (P1) Avenida d[o] Parauna (P2) Avenida do Parauna (P3, P4)
28	↳ Rua dos Tamoios (P1, P2, P3, P4)	82*	Avenida do Bra[z]il (P1) Avenida do Br[a]zil (P2) Avenida do Brazil (P3) Avenida do Brasil (P4)
29	Rua Domingos Vieira (P1, P2, P3, P4)	83*	Avenida Mantiqueira (P1, P3) [Avenid]a da Mantiquiera (P2) A. da Mantiqueira (P4)
30*	↳ Rua dos Carijos (P1, P2) Rua dos Carijós (P3, P4)	84	Avenida Alvares Cabral (P1, P2, P3, P4)
31*	Rua dos Tupinambas (P1, P2, P3) Rua dos Tupinambás (P4)	85*	Avenida Tocantins (P1, P3) Avenida do Tocantins (P2, P4)
32*	Rua dos Tabajares (P1, P2, P3) Rua dos Tabaiars (P4)	86	Avenida do Amazonas (P1, P2, P3, P4)
33*	↳ Rua dos [Cahetes] (P1) Rua dos Cahete[s] (P2)	E. Praças²⁰	

¹⁹ Em P3, o nome se estende pela via apenas até antes do quarteirão reservado a hospital, mas, em P1, P2 e P4, o nome se estende para além desse quarteirão, indo até final da via no limite da zona urbana.

²⁰ Seguiu-se aqui o eixo sudoeste-nordeste na listagem das praças.

	Rua dos Cahetes (P ₃) Rua dos Cahetés (P ₄)		
34	Avenida do Commercio (P ₁ , P ₃ , P ₄) Avenida [d]o Commercio (P ₂)	87	Praça 13 de Maio (P ₁ , P ₃ , P ₄) P[r]aça [1]3 d[e] Maio (P ₂)
35*	Rua dos ²¹ Tapuias (P ₁ , P ₃ , P ₄) Rua Tapuias (P ₂)	88	Praça do Cruzeiro (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)
36*	↳ Rua dos Guaycurus (P ₁ , P ₂ , P ₃) Rua dos Guaycurús (P ₄)	89	Praça da Liberdade (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)
37	Rua Silva Jardim (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)	90*	Praça da Federação (P ₁ , P ₃ , P ₄) Praça da Federaçao (P ₂)
38*	↳ Avenida Oyapok (P ₁ , P ₂ , P ₃) (Sem nome) (P ₄)	91	Praça 7 de Setembro (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)
39	Rua Itambé (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)	92	Praça da America (P ₁ , P ₃ , P ₄) Praça da Ameri[c]a (P ₂)
	C. Eixo sudeste-noroeste	93	[Pr]aç[a 21] de [Abril] (P ₁) Praça 21 de Abril (P ₂ , P ₃ , P ₄)
40*	Rua de Manaos (P ₁ , P ₃ , P ₄) (Sem nome) (P ₂)	94	Praça do Progresso (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)
41*	Rua Grão Para (P ₁) (Sem nome) (P ₂) Rua do Grao Pará (P ₃) Rua Gram Para (P ₄)	95*	Praça Benjamin [Constant] (P ₁) Praça B[e]njamim Constant (P ₂) Praça Benjamin Constant (P ₃ , P ₄)
42	Rua do Maranhão (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)	96*	Praça José Bonifacio (P ₁ , P ₃ , P ₄) Praça Jose Bonifacio (P ₂)
43*	Rua do Piauhy (P ₁ , P ₄) Rua Piauhy (P ₂) Rua do Piuhy ²² (P ₃)	97	Praça da Republica (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)
44	Rua do Ceará (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)	98	Praça [14 de] Setembro (P ₁) Praça [1]4 de Setembro (P ₂) Praça 14 de Setembro (P ₃ , P ₄)
45*	Avenida do Parahybuna (P ₁ , P ₃) Avenida Parahybuna (P ₂) Avenida da Parahybuna (P ₄)	99*	Praça Escolas (P ₁) Praça [E]scolas (P ₂) Praça Escolas (P ₃ , P ₄)
46	↳ Rua do Parahybuna (P ₁ , P ₃ , P ₄) Rua do Parahyb[un]a (P ₂)	100*	Praça 14 [de Julho] (P ₁) Praça 14 de Julho (P ₂ , P ₃) (Sem nome) (P ₄)
47	Rua Itatiaia (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)	101	Praça 15 de [Nove]mbro (P ₁) Praça 15 de Novembro (P ₂ , P ₃ , P ₄)
48*	↳ Rua do Rio Grande do Norte (P ₁ , P ₃) Rua do Rio [G]rande [do] Norte (P ₂) Rua Rio Grande do Norte (P ₄)	102	Praça Tiradentes (P ₁ , P ₃ , P ₄) [Pr]aça [Tira]dentes (P ₂)
49*	Rua do Arapé (P ₁ , P ₂ , P ₄) Rua do Arape (P ₃)	103*	Praça Bello Horizonte (P ₁ , P ₂ , P ₄) Praça de Bello-Horisonte (P ₃)
50*	↳ Rua do Parahyba (P ₁ , P ₃) Rua de Parahyba (P ₂) Rua da Parahyiba (P ₄)	104	Praça 14 de [Outubro] (P ₁) Praça 14 de Outubro (P ₂ , P ₃ , P ₄)
51	Rua Mucury (P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄)	105	[Praça] Marecha[l De]odoro (P ₁) P[ra]ça Marecha[l De]odoro (P ₂) Praça Marechal Deodoro (P ₃ , P ₄)

²¹ Em P₄, o item *dos* está escrito em letra bem menor, sugerindo que foi introduzido em uma possível revisão.

²² Em P₄, há claramente um espaço em branco entre o *i* e o *u*: talvez um *a* tenha sido apagado ou se tenha deixado espaço em branco por haver dúvida se o topônimo deveria ser *Piuhy* ou *Piauhy*.

52	↳ Rua de Pernambuco (P1, P2, P3, P4)	106	Praça 15 de [Junho] (P1) Praça 15 de Junho (P2, P3, P4)
53*	Rua Urucuia (P1, P2, P3) Rua Ituccuia (P4)	107*	Praça da Estação (P1, P3, P4) Praça da Estação (P2)
54	↳ Rua das Alagoas (P1, P3, P4) Rua das A[l]agoas (P2)	108	Praça 14 de Fevereiro (P1, P3, P4) Pra[ç]a [14 de] Fev[er]eiro (P2)

Fonte: Os autores (2022).

Considerando, inicialmente, apenas os três registros cartográficos manuscritos encaminhados por Aarão Reis como anexo ao ofício de 23 de março de 1895 (P1, P2 e P3), constata-se variação nos topônimos de 33 logradouros²³ (30,6%). Confirma-se, assim, a hipótese de trabalho deste estudo de que *esses três registros não contêm exatamente os mesmos topônimos*. Incluindo, em seguida, também os dados referentes ao impresso cartográfico datável de 1897 (P4), o número de logradouros com variação aumenta para 46 (42,6%)²⁴. Vê-se, portanto, que a questão da variação parece ser *intrínseca* a todo sistema toponímico: foi assim na gênese dos topônimos da cidade e continuou existindo depois, como demonstraram os estudos de Filgueiras (2011) e Sayão (2017).

No que se refere aos padrões de variação, os dados apresentam a seguinte distribuição²⁵:

Tabela 2: Padrões de variação nos topônimos do *corpus*²⁶

Variação	n	%
Gráfica	29	44,6
Fônica	7	6,9
Morfossintática	22	23,4
Lexical	1	1,4
Lacunar	6	8,5
Total	65	100

Fonte: Os autores (2022).

²³ Os 33 logradouros em que há variação entre P1, P2 e/ou P3 são 3, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 30, 35, 40, 41, 43, 45, 49, 50, 58, 63, 64, 67, 69, 70, 76, 79, 80, 81, 83, 85, 90, 95, 96, 99, 103 e 107. Em muitos desses logradouros há também variação em P4, mas o que é importante aqui é demonstrar como há variação entre os registros manuscritos originais.

²⁴ Os 13 logradouros em que a variação está apenas em P4 são 8, 17, 31, 32, 33, 36, 38, 48, 53, 57, 62, 82 e 100.

²⁵ Fez-se necessário acrescentar a categoria *lacunar* no presente estudo, a fim de dar conta dos casos em que o topônimo está ausente de algum(ns) dos registros do *corpus*.

²⁶ Embora haja 46 logradouros com variação, pode ocorrer, em um mesmo logradouro, mais de um caso de variação, por isso os dados perfazem 65 ocorrências.

Vê-se claramente que as variações mais frequentes são as gráficas, seguidas pelas morfossintáticas, ficando as demais com poucas ocorrências.

As variações gráficas se distribuem em 4 subtipos²⁷:

(a) *presença × ausência de diacrítico*, em 10 casos (cf., p. ex., *Avenida do Parana ~ Avenida do Paraná*, logr. 64);

(b) *presença × ausência de abreviatura*, em 8 casos (cf., p. ex., *Avenida do Carandahy ~ A. do Carandahy*, logr. 19);

(c) *alternância de letra*, em 9 casos (cf., p. ex., *Avenida do Brazil ~ Avenida do Brasil*, logr. 82); e,

(d) *presença × ausência de sinal de pontuação*, em 2 casos (cf., p. ex., *Praça Bello Horizonte ~ Praça de Bello-Horisonte*, logr. 103).

No que se refere às abreviaturas, pode-se dizer que, em parte, há uma motivação material, já que muitas vezes a abreviatura ocorre porque se trata de via curta demais para a extensão do topônimo levando em conta a escala do registro cartográfico (cf., p. ex., *Rua Borba Gato ~ R. Borba Gato*, logr. 5), mas não se trata de razão categórica, porque, por vezes, há espaço suficiente para o nome por extenso e, ainda assim, ele aparece abreviado (cf. *Avenida do São Francisco ~ Avenida do S. Francisco*, logr. 67). A questão do diacrítico, por sua vez, é problemática por duas razões: pelo fato de a leitura para este estudo ter sido feita, na maioria dos casos, a partir de cópia dos registros e também pela deterioração dos próprios registros originais. Dados esses vieses, escusa-se aqui de discutir os casos referentes a diacríticos. A variação com referência a letras é certamente reflexo da história da ortografia da língua portuguesa, que, em fins do séc. XIX, ainda não contava com uma normatização sistemática, sendo fortemente influenciada pela vertente etimologizante (cf., p. ex., *Praça Escolas ~ Praça Escolas*, logr. 99). Essa situação de ausência de normatização tem, naturalmente, impacto também sobre o uso de hífen, que é o caso mais relevante em termos de sinal de pontuação no *corpus*²⁸.

²⁷ Utiliza-se aqui o sinal ~ para representar “em variação com”.

²⁸ O segundo caso de variação com pontuação se refere à ausência de ponto na abreviatura *Avenida do S. Francisco* (logr. 67), ocorrência sujeita aos mesmos vieses relatados em relação a diacríticos.

As variações fônicas se distribuem em 4 subtipos:

(a) *alternância de fones representados na escrita*, em 3 casos (cf., p. ex., *Rua dos Tabajares ~ Rua dos Tabaiães*, logr. 32);

(b) *ausência × presença de fones representados na escrita*, em 2 casos (cf., p. ex., *Rua dos Goyatacazes ~ Rua dos Goytacazes*, logr. 24);

(c) *ordem dos fones representados na escrita*, em caso único (cf. *Avenida Mantiqueira ~ [Avenid]a da Mantiquiera*, log. 83); e,

(d) *elisão de fone representado na escrita*, em caso único (cf. *Rua Antonio d'Albuquerque ~ Rua Antonio de Albuquerque*, logr. 3).

Um caso curioso de alternância fônica é o de *Rua Urucuia ~ Rua Ituccuia* (logr. 53), em que a segunda forma, presente apenas em P₄, parece refletir desconhecimento do realizador da impressão em relação ao nome do rio.

As variações morfosintáticas se distribuem em 5 subtipos:

(a) *presença × ausência de preposição articulada* em 14 casos (cf., p. ex., *Avenida do Paraopeba ~ Avenida Paraopeba*, logr. 22);

(b) *presença × ausência de artigo*, em 3 casos (cf., p. ex., *Rua do Matto Grosso ~ Rua de Matto Grosso*, logr. 69);

(c) *presença × ausência de preposição não articulada*, em 2 casos (cf., p. ex., *Avenida de Araguay ~ Avenida Araguay*, logr. 70);

(d) *alternância de gênero*, em 2 casos (cf. p. ex., *Avenida do Parahybuna ~ Avenida da Parahybuna*, logr. 45²⁹); e,

(e) *presença × ausência de concordância de número*, em caso único (cf. *Rua dos Ottoni ~ Rua dos Ottonis*, logr. 23³⁰).

²⁹ Neste caso, o fato de o nome do rio terminar em *-a* deve ter motivado a variação na direção do feminino.

³⁰ Este caso é curioso, porque, consistindo em nome de família, tem sua forma normatizada composta de artigo no plural e nome próprio no singular (como em P₁, P₂ e P₄), mas, por ocorrer próximo a etnotopônimos, com forma normatizada composta de artigo e nome próprio no plural, acabou sendo influenciado por este segundo padrão em P₃. Outra hipótese é que o executor de P₃ interpretou que se tratasse de etnotopônimo, e não de nome de família, pois consiste em nome estrangeiro (de origem italiana), por isso colocou o nome no plural.

A variação lexical ocorre em apenas um caso: cf. *Avenida do Araguay ~ Rua do Araguay* (logr. 70). Esse caso será discutido na próxima seção, dada a sua relevância em termos de interpretação da motivação na toponímia.

Por fim, há a variação chamada aqui de *lacunar*, ou seja, o fato de algum topônimo estar presente em um ou mais de um dos registros do *corpus* e ausente em outro(s). Há 6 ocorrências desse tipo e ele se distribui entre diferentes registros: P1 não apresenta nome para o logr. 79; P2, para os logrs. 40 e 41; P3, para o logr. 58; e P4, para os logrs. 38 e 100.

6.2 Motivações

O próprio Aarão Reis, no já referido ofício de 25 de março de 1895, apresenta as motivações para os topônimos propostos para a então futura Cidade de Minas:

Vam denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos *nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas* mais importantes do Estado de Minas e da União, e, bem assim, de *alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo*. (REIS, 1895, p. 60, grifos nossos).

A primeira questão que emerge da leitura desse trecho do ofício é o fato de não haver qualquer menção ao tema das etnias indígenas. Barreto (1996, v. 2, p. 253), com base exatamente nesse trecho do ofício, interpreta que “as outras denominações de minerais, pedras preciosas³¹ e tribos indígenas, que figuram na planta, foram acrescentadas posteriormente”. Considerando que, do ponto de vista paleográfico, não há nenhuma diferença entre os nomes de etnias indígenas e os demais topônimos em cada registro manuscrito, parece precipitada a interpretação de Barreto. Cada um dos registros cartográficos analisados tem padrões gráficos próprios: sendo assim, caso os nomes de etnias tivessem sido inseridos depois de as plantas terem sido encaminhadas

³¹ Os nomes de minerais ocorrem, p. ex., nas seções I, VII e VIII da zona suburbana e os de pedras preciosas nas seções IV, V e VI da zona suburbana.

pelo ofício de 23 de março de 1895, seria de esperar alguma discrepância paleográfica, o que não há. Parece mais provável que Reis tenha simplificado a descrição do sistema de topônimos em sua apresentação no referido ofício, já que há outras categorias também não mencionadas nele, como áreas do psiquismo humano (*Praça do Progresso, Praça da Liberdade, etc.*) e locais de trabalho ou reunião (*Avenida do Commercio, Praça da Estação, Praça Escolas, etc.*).

Considerando os 108 logradouros cujos topônimos foram coletados e apresentados no quadro 1 acima, é possível distribuí-los em 8 categorias em termos de motivação:

- (a) *historiotopônimos*, com 37 logrs.³² (34,3%);
- (b) *corotopônimos*, com 26 logrs.³³ (24,1%);
- (c) *hidrotopônimos*, com 17 logrs.³⁴ (15,7%);
- (d) *etnotopônimos*, com 13 logrs.³⁵ (12%);
- (e) *animotopônimos*, com 6 logrs.³⁶ (5,6%),
- (f) *sociotopônimos*, com 5 logrs.³⁷ (4,6%); e
- (g) *geomorfotopônimos*, com 4 logrs.³⁸ (3,7%).

Nesse conjunto toponímico, como é comum na toponímia urbana, estão presentes os nomes de lugar sugeridos pelas pessoas que estiveram envolvidas e constituíram as plantas e os traçados dos documentos cartográficos. Pode-se observar

³² Os *historiotopônimos* apresentam duas subclasses: (a) *nomes de pessoa* (antropotopônimos), logrs. 2 a 15, 21, 23, 25, 27, 29, 37, 77, 78, 84, 95, 96, 102 e 105, com 27 logrs.; e (b) *datas de evento*, logrs. 1, 87, 91, 93, 98, 100, 101, 104, 106 e 108, com 10 logrs. Percebe-se que os antropotopônimos são a motivação mais frequente de forma geral: tal constatação é compatível com o padrão de predominância de antropotopônimos na toponímia urbana igualmente verificado por Seabra e Faria (2016).

³³ Os *corotopônimos* apresentam quatro subclasses: (a) *nomes de estado* (segundo a ordem do noroeste ao sul, ao longo do litoral), logrs. 41 a 44, 48, 50, 52, 54, 56, 59 a 62, 66, 68 e 69, com 16 logrs.; (b) *nomes de cidade*, logrs. 40, 63, 71 a 75 e 103, com 8 logrs.; (c) *nome de país*, logr. 82; e (d) *nome de continente*, logr. 92. Nos casos em que o nome do estado era também nome de rio (*Amazonas e Paraná*), adotou-se esse nome para avenida e, portanto, como hidrotopônimo, sendo utilizado o nome de sua capital para rua a fim de representar o estado (*Manaos e Corityba* [e variantes gráficas]).

³⁴ Logrs. 17, 19, 22, 38, 45, 46, 49, 51, 53, 55, 64, 67, 70, 80, 81, 85 e 86.

³⁵ Logrs. 16, 18, 20, 24, 26, 28, 30 a 33, 35, 36 e 65.

³⁶ Logrs. 57, 58, 89, 90, 94 e 97.

³⁷ Logrs. 34, 79, 88, 99 e 107.

³⁸ Logrs. 39, 47, 76 e 83.

que o cerne dos topônimos não possui uma função descritiva da paisagem: o nome que prevalece, mesmo quando se refere a elementos de natureza física, como rios ou montanhas, não descreve a paisagem local da cidade, ou seja, o topônimo não foi motivado por fatores físicos.

Considerando que a construção da nova capital de Minas foi concebida no contexto da Proclamação da República, não surpreende que não haja menção ao passado monárquico (não há referências a reis de Portugal nem aos imperadores do Brasil³⁹). Do período colonial, as referências toponímicas dizem respeito sobretudo aos Inconfidentes, que representaram grupo de oposição à monarquia com ideais republicanos. Vê-se, portanto, que não se ignorou completamente o aspecto histórico (os historiotopônimos são a categoria mais frequente, com 33%), mas os personagens e datas foram selecionados criteriosamente para refletir essa nova visão, republicana, que se queria consagrar.

6.3 De volta ao ponto de partida: a questão da *planta original*

Como se viu na subseção 6.1, mesmo as plantas que podem ser consideradas como originais (P₁, P₂ e P₃), por terem assinatura autógrafa de seus autores intelectuais, não apresentam exatamente os mesmos topônimos (cf. Tabela 1 anteriormente apresentado). Sendo assim, *toda referência a topônimos de Belo Horizonte em que se use pura e simplesmente a expressão planta original é intrinsecamente imprecisa*, pois não existe uniformidade nos topônimos dessas três plantas. Na medida em que o Decreto nº 817, de 15 de abril de 1895, com o qual se aprovou “a planta geral e definitiva da cidade de – Minas – futura Capital do Estado de Minas Geraes” (MINAS GERAIS, 1895) não especificou qual dos registros cartográficos encaminhados por Aarão Reis foi

³⁹ A única referência à monarquia parece ser através da Rua Leopoldina, que está localizada na zona suburbana, com referência à Imperatriz Maria Leopoldina da Áustria (1797-1826), primeira esposa de D. Pedro I (1798-1834), primeiro imperador do Brasil, mas parece ser referência indireta, já que a motivação primeira parece ser referência à cidade de Leopoldina, pois essa rua estava prevista para uma região com outras ruas cujos nomes também são cidades mineiras (*Rua Carangola, Rua Viçosa, Rua Lavras, etc.*).

considerado “a planta geral e definitiva”, então não é possível saber qual das versões das plantas teve seu conjunto de topônimos considerado como o que seria adotado.

Se se restringisse o sentido da expressão *planta original* para “a primeira planta produzida”, ainda assim a questão não estaria resolvida, porque não há clareza sobre qual das quatro plantas manuscritas com projeto da nova capital foi a primeira: todas estão datadas de 1º de março de 1895. A única certeza é a de que a planta impressa na escala de 1:10000 não pode ser considerada como planta original nesse sentido estrito, já que seguramente é posterior a 15 de abril de 1895 (data da aprovação do Decreto nº 817 que está impressa nessa própria planta) e se obteve evidência de que provavelmente tenha sido terminada em 1897 (cf. a discussão sobre o documento contábil na seção 5).

Os dados referentes aos topônimos apenas da zona urbana não parecem suficientes para se estabelecer uma relação genética segura entre P1, P2 e P3, e a versão da planta manuscrita na escala 1:10000 impressa no *Album* de 1896 não é legível para esse propósito⁴⁰. Parece provável que a primeira planta produzida tenha sido P1, porque apresenta menos lacunas em termos de topônimos (apenas uma, na parte inferior) em relação a P2 (duas diferentes, na parte superior). Como P3 e P4 não reproduzem essas três lacunas, não se tem prova segura do vínculo entre estas duas e aquelas duas. Uma vez que as plantas manuscritas foram produzidas no mesmo escritório técnico e apresentadas na mesma data, então é bem provável que tenha havido o que se chama de *contaminação* em crítica textual, ou seja, consulta a mais de uma planta (seja P1, seja P2) para a produção das demais. P1 e P2 parecem ser *instrumentos de trabalho*, dado que são graficamente parcimoniosas e com poucas cores, enquanto P3 parece ser *instrumento de divulgação*, uma vez que é graficamente rica, com muitas cores e maior esmero. Já quanto à planta manuscrita na escala 1:10000, o próprio Reis disse que pretendia mandar fazer “primeiramente uma reprodução ligeira, ainda que grosseira, mesmo no paiz, para facilitar a venda dos primeiros lotes” (REIS, 1895, p. 59) e é justamente com base nessa planta manuscrita que terá sido feita, no Rio de Janeiro, a planta impressa datável de

⁴⁰ Como dito antes, a planta manuscrita datada de março de 1895 no registro fotográfico de notação CCALB01 049, do MHAB, provavelmente precede aquela manuscrita de escala 1:10000 (hoje com paradeiro desconhecido) registrada no *Album* de 1896 bem como a impressa datável de 1897 (P4), mas não é possível dizer que preceda também as demais (P1, P2 e P3): é bem provável que lhes seja posterior, já que a reprodução na escala 1:10000 era “grosseira” e “para facilitar a venda dos lotes”.

1897 na mesma escala⁴¹. Em síntese, o fato é que *a relação genética entre as plantas originais da nova capital ainda não foi resolvida*, razão pela qual não se sabe qual terá sido a primeira planta da nova capital a ser produzida, logo, *não se sabe qual foi a planta original em sentido estrito*.

Diante desse quadro complexo, a referência adequada, ao se tratar da história dos topônimos de Belo Horizonte, deve necessariamente incluir a menção específica ao(s) registro(s) cartográfico(s) de base. São três plantas preservadas efetivamente *originais*, mas são três, diferentes entre si, e não apenas uma. Quanto ao impresso datável de 1897, produzido pela Companhia de Artes Gráficas do Brasil, *não se trata de planta original*, seja no sentido de estar subscrita pelos autores, seja no sentido de ter sido a primeira a ser elaborada.

Entende-se que, com frequência, se use a expressão *planta original* para se fazer a referência a um estado antigo da toponímia de Belo Horizonte, mas, em estudos científicos sobre o tema, impõe-se adoção de referência precisa, sob o risco de, em não o fazendo, haver remissão a referente inexistente. Um exemplo de problema de referência se encontra na descrição de Nunes (1992, p. 19), que, ao analisar as “vinte avenidas da planta original”, afirma que “[r]eceberam nomes diversos as avenidas do Brasil, do Comércio, do Império e da Liberdade” (NUNES, 1992, p. 19, *acréscimo* nosso). Como se pode ver pela Tabela 1 do presente estudo, não consta *Avenida do Império* na zona urbana em nenhuma das três plantas originais analisadas e nem mesmo no impresso datável de 1897. Com base nos dados apurados por Gomes (1992), constata-se que a citada *Avenida do Império*⁴² corresponde ao logr. 79 do Quadro 1 deste estudo (hoje designada *Avenida Pasteur*), com três formas diferentes segundo a planta considerada aqui: [*Av^{da}.*] *do Parque* (P2), *Avenida do Parque* (P3) e *A. Parque* (P4).

⁴¹ Assim também interpretou Gomes (2010, p. 100-101): “Conforme ofício então encaminhado, as plantas manuscritas na escala de 1:4000 eram instrumentos de consulta e de trabalho de gabinete, enquanto a planta de escala 1:10.000 prestava-se à impressão e à consequente difusão dos trabalhos e de propaganda da imagem da cidade que se pretendia construir.”

⁴² Gomes (1992) informa não haver ato normativo determinando a adoção da designação *Avenida do Império*. Considera-se aqui que esse topônimo tenha sido adotado em função do Grupo Escolar Pedro II (hoje, Escola Estadual Pedro II), criado pelo Decreto Estadual nº 7044, de 2 de dezembro de 1925, inaugurado em 2 de setembro de 1926 e localizado na extremidade da via em questão junto ao parque. Na *Planta Geral da Cidade de Bello Horizonte* (escala 1:5.000), aprovada pelo Decreto Estadual nº 7352, de 6 de setembro de 1926, existente no APCBH, já consta *Av. Imperio*.

Ademais, o problema da planta original na discussão sobre a história dos topônimos de Belo Horizonte tem impacto também na interpretação dos dados. Como exemplo, pode-se mencionar a questão do logr. 70 da Tabela 1 deste estudo. É possível ver que o logradouro em questão aparece nomeado como *Avenida de Araguay* em P1. Neste caso, a interpretação da motivação é ambígua: a preposição *de* está presente nessa planta em nomes de cidade (sempre) ou nome de estados da federação (alguns) e, como não há estado da federação com o nome em questão, então a única hipótese viável é interpretar como motivação referência a uma *cidade*, ou seja, ao município de Araguari, no Triângulo Mineiro, tal como o fez Gomes (1992; 2008). Entretanto, em P2, o nome do logradouro é *Avenida do Araguay* e as avenidas, não só em P2, mas também nas outras três plantas analisadas (P1, P3 e P4), nunca têm como motivação nome de cidade. Logo, se se toma como base P2, deve-se interpretar como motivação referência a *rio*, ou seja, ao Rio Araguari (com nascente no município de São Roque de Minas e foz no Rio Paranaíba, perto do distrito de Piracaíba, pertencente ao município de Araguari), padrão de motivação comum em relação às avenidas das quatro plantas analisadas: cf. logrs. 19, 22, 38, 45, 64, 67, 70, 80, 81, 85 e 86 do Quadro 1⁴³.

7 Considerações finais

No presente trabalho, discutiu-se a variação na gênese da toponímia da Cidade de Belo Horizonte, com especial referência ao tema da expressão *planta original*. Com base na comparação dos quatro registros cartográficos considerados, confirmou-se a existência de variação entre os topônimos presentes neles. Em função disso, constatou-se a necessidade de adoção de um sistema de referência mais preciso ao tratar do tema. Uma alternativa é a referência individualizada: (a) *a planta original constante no*

⁴³ A “dança” dos nomes desse logradouro não se restringiu às quatro plantas do *corpus* desta pesquisa: na *Planta Geral da Cidade de Bello Horizonte* (escala 1:5.000), de 1928-1929 (AP.00.00.00/SMC, APCBH), aparece como *Rua de Araguay*, ou seja, voltou-se à motivação com referência a cidade, mas agora sem a ambiguidade que o elemento *Avenida* trazia.

*documento de notação SA 203 do APM; (b) a planta original constante no documento de notação AI.01.06.00-391 do APCBH; e (c) a planta original constante no documento de notação CC Dt 06 009 do MHAB. Outra alternativa é a referência coletiva como conjunto documental cartográfico aprovado pelo Decreto nº 817, de 15 de abril de 1895. Levando-se em conta as circunstâncias de produção da planta impressa na escala de 1:10.000 pela Companhia de Artes Gráficas do Brasil, bem como os problemas de composição que apresenta, não deve ser tratada como *planta original*, mas sim como *planta impressa na escala de 1:10.000 datável de 1897*.*

Considera-se aqui que o tema da toponímia da Cidade de Belo Horizonte, embora já tenha recebido atenção de diferentes estudos sob diferentes perspectivas, é bastante complexo e continua demandando mais pesquisa. Especial atenção deve ser dada às especificidades de cada documento cartográfico, permitindo, assim, a compreensão da complexidade do processo de formação da toponímia de uma cidade em permanente transformação. Estudos futuros poderão reiterar, ademais, como a variação parece ser *intrínseca* a todo sistema toponímico: tal é o que evidenciou o presente estudo referente à gênese da toponímia da Cidade de Belo Horizonte, em plena consonância com os estudos de Filgueiras (2012) e Sayão (2017) sobre seu desenvolvimento subsequente.

Referências

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro, 1996. V. 1. Historia Antiga, v. 2. Historia Media. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=53258>. e <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=53259>. Acesso: 8 jun. 2022.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMBRAIA, César Nardelli. Perspectivas para a crítica textual no Brasil: ultrapassando fronteiras. In: TELLES, Célia Marques; SANTOS, Rosa Borges dos. (Org.). **Filologia, críticas e processos de criação**: studia philologica. Curitiba: Appris, 2012, p. 137-146.

COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL. **Album de vistas locais e das obras projectadas para a edificação da nova cidade**. Juiz de Fora: Ehrhard Brand, 1896.

DAUZAT, Albert. **Les noms de lieux**. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

FERREIRA, Orlando da Costa. **Imagem e letra**: introdução à bibliologia brasileira - a imagem gravada. São Paulo: Edusp, 1994.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. **A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte**: passado e presente. 2011. 348 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

GOMES, Leonardo José Magalhães. **Memória de ruas**: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

GOMES, Leonardo José Magalhães. **Memória de ruas**: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Aventura cartográfica na cidade nascente. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 46, n. 2, p. 88-107, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas. Acesso: 8 jun. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei Adicional à Constituição nº 1, de 28 de outubro de 1891**. Determina os pontos que devem ser estudados para a construção da nova capital. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/400>. Acesso: 8 jun. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei Adicional à Constituição nº 3, de 17 de dezembro de 1893**. Fixa o lugar em que deve ser construída a capital do Estado e dá outras providências. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/400>. Acesso: 8 jun. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 680, de 14 de fevereiro de 1894**. Regula o disposto no art. 2º da Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/680/1894>. Acesso: 8 jun. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 817, de 15 de abril de 1895**. Aprova a planta geral da Cidade de Minas, futura capital do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/817/1895>. Acesso: 8 jun. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 1805, de 12 de dezembro de 1897**. Declara instalada a Cidade de Minas e para ela transferido o governo. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/1085/1897>. Acesso: 8 jun. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei nº 302, de 1º de julho de 1901**. Muda para “Belo Horizonte” a denominação da Capital do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/302/1901>. Acesso: 8 jun. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 7044, de 2 de dezembro de 1925**. Cria um grupo escolar na capital com a denominação de pedro II. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/7044/1925/>. Acesso: 8 jun. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 7352, de 6 de setembro de 1926**. Aprova a planta geral da Cidade de Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/7352/1926/>. Acesso: 8 jun. 2022.

NUNES, Ismaíla de Moura. A toponímia de Belo Horizonte. *In*: GOMES, Leonardo José Magalhães. **Memória de ruas**: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.

REIS, Aarão. Offício n. 26 de 23 de Março de 1895, apresentando ao Governo as plantas da cidade. **Revista Geral dos Trabalhos: Publicação Periódica, Descritiva e Estatística, Feita com Autorização do Governo do Estado**, Belo Horizonte, v. 2, p. 59-60, 1895.

SANTA ROSA, Eleonora *et al.* **Panorama de Belo Horizonte**: atlas histórico. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro, 1997. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=56553>. Acesso: 8 jun. 2022.

SAYÃO, Nayra Sayão de Paula. **Toponímia de origem árabe em ruas de Belo Horizonte - MG**: a influência árabe na nomeação dos logradouros de Belo Horizonte. Chisinau: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Variação e mudança linguística de topônimos. *In*: COSTA, D. de S. S.; BENÇAL, D. R. (orgs.). **Nos caminhos do léxico**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2016.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. Toponímia urbana: nomes de ruas da cidade mineira de Ponte Nova. **Caletroscópio**, Ouro Preto, v. 4, p. 602–613, 2016.

SILVEIRA, Guilherme Augusto Guglielmelli. **Album de vistas locais**: entre a memória e a representação da cidade. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2018.

Recebido em 21/06/2022.

Aprovado em 01/11/2022.